



03 DE AGOSTO DE 2016

Quarta-feira

- EDITORIAL: A INDÚSTRIA REAGE
- CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA GANHA MAIS SETORES E ALIMENTA OTIMISMO
- RENAULT CONFIRMA PRODUÇÃO DE DOIS NOVOS CARROS NO PARANÁ
- PARANÁ LIDERA PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA DO PAÍS
- 'O RISCO É A FRUSTRAÇÃO DAS EXPECTATIVAS', DIZ LÍDER INDUSTRIAL
- VOLKS ABRE PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA E RENOVA O PPE EM SP
- AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO SOBRE UNIDADE DA JBS NO INTERIOR DE SP FICA SEM ACORDO
- EMPRESA COM CAPITAL ESTRANGEIRO TEM ATÉ DIA 15 PARA PREENCHER CENSO DO BC
- IEDI AVALIA QUE 'É CEDO PARA FALAR EM RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA'
- DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA TERÃO NOVA CHANCE DE REDUZIR EXCESSO DE CONTRATOS
- RENAULT REFORÇA LINHA DE SUVs E ANUNCIA FABRICAÇÃO DE CAPTUR E KWID NO BRASIL
- FENABRAVE AVALIA QUE 'O PIOR JÁ PASSOU' PARA A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA
- IBGE: PRODUÇÃO DE BENS DE CAPITAL ESTÁ 41,3% ABAIXO DO PICO DE SETEMBRO DE 2013
- MELHORA DA INDÚSTRIA REQUER RECUPERAÇÃO DA DEMANDA DOMÉSTICA, AVALIA MACEDO
- EM LEVE REACÇÃO, INDÚSTRIA VAI GANHAR INCENTIVOS
- PARA ANALISTAS, RETOMADA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL VAI LEVAR TEMPO
- BNDES: NOVAS CONDIÇÕES DE CRÉDITO PARA A INDÚSTRIA SERÃO DIVULGADAS AOS POUCOS
- RECEITA FEDERAL ATUALIZA NORMA QUE TRATA DA ALTERAÇÃO DO REGIME NO RECONHECIMENTO DAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS

- NOVO CÓDIGO COMERCIAL PODE GERAR PERDAS DE R\$ 182 BILHÕES NA ECONOMIA
- CRISE JÁ PROVOCOU O FECHAMENTO DE 1,2 MIL CONCESSIONÁRIAS
- TOYOTA ETIOS PLATINUM TRAZ NOVA FRENTE
- FENABRAVE CONFIRMA MELHORA DAS VENDAS DE VEÍCULOS EM JULHO
- FENABRAVE REFAZ PROJEÇÕES DE VENDAS DE VEÍCULOS
- ESTRUTURA RÍGIDA ABSORVE VIBRAÇÕES DE FOGUETES E AVIÕES
- BNDES E FINEP DESTINAM R\$ 3,5 BI PARA INDÚSTRIA QUÍMICA E DE MINERAÇÃO
- HONEYWELL ANUNCIA OFERTA DE PRODUTOS PARA AUTOMAÇÃO COMERCIAL COM FINANCIAMENTO DO BNDES
- ABB LANÇA O COMPACTO ROBÔ IRB 1660ID MAIS VERSÁTIL DO MERCADO
- ARTIGO: SOLUÇÃO PARA ECONOMIA PASSA PELA NEGOCIAÇÃO POLÍTICA
- GIGANTE CHINESA AFIRMA QUE É A HORA DE SER CORAJOSO COM O BRASIL
- BANCOS PASSAM A PREVER QUEDA NAS CONCESSÕES DE EMPRÉSTIMOS
- John Deere busca engenheiros para unidades em Indaiatuba e Campinas
- LUCRO DA MINERADORA RIO TINTO CAI PARA MENOR NÍVEL EM 12 ANOS

CÂMBIO		
EM 03/08/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,257	3,258
Euro	3,638	3,639

Fonte: BACEN

Editorial: A indústria reage

03/08/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo

As melhores notícias da economia, num ambiente ainda marcado pela recessão e pelo desemprego elevado, têm sido os sinais de recuperação da indústria, o setor mais importante por seus efeitos sobre o conjunto da atividade. A produção industrial de junho foi 1,1% maior que a de maio, no quarto aumento mensal consecutivo.

Além disso, pela primeira vez no ano tiveram variação positiva todas as grandes categorias – bens de capital, bens intermediários e bens de consumo de todos os tipos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar da melhora, o caminho da recuperação ainda será longo e o ritmo dependerá da confiança de empresários e consumidores e, naturalmente, das condições políticas.

A conclusão do processo de impeachment, com o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff, é um pressuposto de todas as projeções mais otimistas.

Depois de quatro meses de melhora, com avanço acumulado de 3,5%, a produção da indústria geral ainda foi, em junho, 6% inferior à de um ano antes. O volume fabricado no primeiro semestre ficou 9,1% abaixo do contabilizado no período de janeiro a junho de 2015. Em 12 meses a queda ficou em 9,8%.

A maior perda acumulada ainda é a dos fabricantes de bens de capital (máquinas e equipamentos), segmento especialmente importante porque dele depende o crescimento – ou, no mínimo, a manutenção – da capacidade produtiva das empresas.

Esse foi o único ramo com expansão ao longo de todo o semestre, mas, apesar disso, o volume de sua produção, em junho, ainda foi 3,6% menor que o de um ano antes, com redução acumulada de 26,2% em 12 meses.

Mesmo depois de meses seguidos de reativação, a produção geral da indústria continuou 18,4% menor que a de junho de 2013, quando foi alcançado o último pico.

A de bens de capital permaneceu, em junho, 41,3% abaixo do ponto alcançado em setembro daquele ano.

Este número dá uma boa ideia de como o ambiente e a confiança do empresariado se deterioraram já no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Em 2014, quando a economia cresceu apenas 0,1% e a indústria recuou 3%, as condições da recessão já estavam muito bem caracterizadas.

Não bastará, portanto, cobrir a distância até o nível de produção do ano passado para a indústria retomar um padrão normal de atividade.

O setor definiu muito mais do que mostra a comparação dos números deste ano com os de 2015. Os danos causados pelos erros e atos irresponsáveis da administração petista, especialmente da última, só serão sanados depois de longa recuperação e de muito investimento em ampliação e modernização da capacidade produtiva.

Alguns empresários ainda reclamam, estranhamente, a manutenção dos incentivos e benefícios dos últimos anos, como se ignorassem o custoso e escandaloso fracasso da política de favores e protecionismo.

A recessão, especialmente severa na indústria, é consequência dessa estratégia, voltada mais para o benefício e conforto de grupos e setores eleitos como favoritos da corte do que para a eficiência, a integração global e a capacidade de competir e de gerar empregos produtivos.

A recuperação do setor e a construção de uma indústria competitiva dependerão de uma inversão das políticas implantadas em 2003, quando se levantaram em Brasília as bandeiras do populismo e do terceiro-mundismo. Mas a confiança retorna.

Por exemplo, no setor automobilístico, um dos mais atingidos pela crise, as boas notícias começam a acumular-se. De junho para julho as vendas de veículos novos aumentaram 5,59%, segundo a Fenabreve, a federação das distribuidoras. Em sete meses, no entanto, o total vendido ainda foi 24,68% menor que o de um ano antes.

Mas “o pior já passou”, disse o presidente da entidade, Alarico Assumpção Filho. Essa convicção se deve principalmente, acrescentou, à expectativa de afastamento

definitivo da presidente Dilma Rousseff. É uma boa aposta. O fim de um mau governo deverá ser um bom recomeço para o País.

Crescimento da indústria ganha mais setores e alimenta otimismo

03/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Dezoito setores industriais reportaram ao IBGE que aumentaram sua produção em junho, em relação a maio, o que confirmou o otimismo de analistas de que a economia está caminhando rumo à saída do pior momento da crise.

Esses setores representam três quartos das atividades industriais monitoradas pelo IBGE. O nível de respostas positivas na indústria não alcançava patamar semelhante há quase dois anos (desde julho de 2014).

Com isso, a produção aumentou 1,1% em junho ante maio. É o quarto resultado positivo consecutivo do setor neste ano, que apesar da melhora, ainda está muito abaixo do nível de produção que chegou a alcançar há pouco tempo atrás.

Segundo André Macedo, gerente da coordenação da indústria do IBGE, o nível de atividade nas fábricas em junho estava 18,4% abaixo do pico de produção, registrado pela estatística oficial em julho de 2013.

"Trata-se de uma melhora sobre uma base fraca, que não reverte perdas passadas", diz Macedo.

Rodrigo Miyamoto, economista do Itaú Unibanco, afirma que a demanda externa (exportações) por bens industriais ganhou reforço, no último mês, pela demanda interna. "De uma forma geral, os estoques estão caindo há nove meses", diz. "Chega um momento que é preciso voltar a produzir, seja para igualar os estoques, seja para entregar produtos."

O economista afirma que o espraiamento da produção por mais setores é um sinal de que a produção aumentará nos próximos meses.

A previsão também se baseia em sondagens com empresários da indústria, que apontam mais confiança na economia e maior utilização da capacidade.

Entre os setores que aumentaram a produção, o destaque foi o automotivo (alta de 8,4% ante maio).

Dados de emplacamento de veículos de julho, também divulgados nesta terça (2), mostram que as vendas aumentaram 5,9% ante junho.

O resultado positivo da indústria confirma projeções de que, ainda neste ano, a economia poderá sair da recessão. O BofA Merrill Lynch, vê dados "ligeiramente positivos" no quarto trimestre, segundo o economista-chefe para Brasil, David Beker.

O Itaú prevê PIB negativo no segundo e terceiro trimestres, mas não descarta uma "surpresa positiva" no fim do ano. O Bradesco vê dados positivos no terceiro trimestre. O resultado do ano, porém, ainda será negativo, ao redor de 3,2%, segundo analistas consultados pela pesquisa semanal do Banco Central.

Miyamoto pondera que, embora a indústria mostre dados melhores, o PIB depende do desempenho dos serviços, que respondem por cerca de 60% da economia.

"O desemprego e a massa salarial em queda impactam o consumo e os serviços."

Renault confirma produção de dois novos carros no Paraná

03/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O presidente mundial da Aliança Renault-Nissan, Carlos Ghosn, anunciou nesta terça-feira (2) a fabricação de dois novos veículos na fábrica da Renault em São José dos Pinhais, na Grande Curitiba.

Os modelos serão vendidos a partir de 2017 e incrementarão o portfólio de utilitários esportivos da marca, segmento que mais cresce no Brasil. Entre eles estão o compacto Kwid, que substituirá o Clio como carro de entrada da marca, e o SUV compacto Captur. Além deles, o país receberá o modelo de maior porte Koleos, que virá inicialmente importado da Coreia do Sul e poderá ser fabricado na Argentina.

O executivo não revelou o valor dos investimentos feitos na planta para a fabricação dos novos produtos e nem disse quantos postos de trabalho serão criados, já que estes estão atrelados ao ritmo da recuperação do mercado brasileiro. Entretanto, a montadora confirmou a manutenção de um ciclo de aportes na ordem de R\$ 500 milhões iniciados em 2014.

No acumulado do ano, a venda de automóveis caiu 24,7%, mas houve o esboço de uma possível reação em julho, quando os emplacamentos tiveram uma alta de 5,6%.

“O Brasil deve fechar o ano com dois milhões de carros vendidos, mas se voltarmos aos patamares de anos anteriores, quando chegamos aos 3,6 milhões, poderemos contratar mais pessoas”, declarou ele.

A escolha dos SUVs como “motores” para o crescimento da Renault se deve ao sucesso da categoria no Brasil. Segundo Ghosn, o segmento responde por 15% do mercado consumidor, mas há a projeção de que essa fatia se amplie em 25% nos próximos anos. Por meio dos lançamentos, a marca quer aumentar o *market share* de 7,37% para 8% em até dois anos. No entanto, a meta é conquistar 10% das garagens brasileiras.

Para a produção do compacto Kwid, que será vendido como utilitário de entrada da marca, a fabricante trouxe ao país uma nova plataforma. O Brasil é o segundo a recebê-la, depois da Índia, e poderá usá-la como base para outros produtos.

Entre os motores que irão equipá-lo está um inédito 1.0 de três cilindros feito exclusivamente pela montadora. Já o Captur terá a mesma base do Renault Duster, modelo com o qual conviverá lado a lado nesse segmento.

Participação no mercado

A Renault responde hoje por 7,37% do mercado brasileiro de veículos e comerciais leves. No acumulado do ano, a montadora emplacou 83.253 modelos, segundo a Federação das Concessionárias (Fenabrave). O número é 26,7% menor que o mesmo período de 2015, quando licenciou 105.465 carros.

Paraná lidera produtividade na indústria automotiva do País

03/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O trabalhador de uma fábrica de veículos automotores no Paraná tem uma produtividade maior do que os empregados de linhas de produção do setor nos demais Estados. O valor gerado por um empregado paranaense no setor por ano – de R\$ 305,2 mil é quase o dobro da média brasileira, de R\$ 164,5 mil.

A conclusão é de um levantamento do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes), que levou em conta a proporção entre valor bruto da transformação das empresas e o número de empregados do setor em cada Estado. O setor emprega 44,7 mil pessoas no Paraná. O Paraná ficou à frente da Bahia, com R\$ 239,7 mil, Goiás (R\$ 226,4 mil), Rio de Janeiro (R\$ 223 mil) e São Paulo (R\$ 158,4 mil).

A oferta de mão de obra mais qualificada, fábricas relativamente novas e investimentos em capacitação ajudam a explicar o desempenho do Paraná, de acordo com o diretor presidente do Ipardes, Julio Suzuki Júnior.

“Cerca de 78% dos trabalhadores do setor automotivo no Estado têm, pelo menos, o ensino médio completo. A parcela dos trabalhadores que terminaram o ensino superior chega a 18%. É um indicador alto para os padrões nacionais” diz Julio Suzuki Júnior, presidente do Ipardes.

INVESTIMENTOS

A alta produtividade por empregado no Paraná tem ajudado a atrair mais investimentos produtivos para o Estado. Desde 2011, somente as montadoras de automóveis e caminhões já investiram R\$ 4,2 bilhões em novas fábricas e linhas de produção no Paraná.

Em produção, o Paraná é o terceiro maior polo automotivo do País, atrás de São Paulo e Minas Gerais. A indústria automotiva é a segunda mais importante do Paraná, atrás apenas da de alimentos.

O levantamento do Ipardes considera a produção de automóveis, caminhões, carrocerias e baús frigoríficos e inclui tanto empresas multinacionais, como Renault, Volkswagen, Audi, Volvo e Paccar, quanto de capital local, como Mascarello, de Cascavel, e Furgão Ibiporã, do município de mesmo nome. A pesquisa foi elaborada com os números da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE de 2014, divulgada em junho deste ano.

SALÁRIOS

A qualificação da mão de obra beneficia não apenas as empresas, mas tem reflexo também em salários maiores para os trabalhadores do setor. No ranking nacional, o Paraná tem o segundo maior salário médio da indústria automotiva, com R\$ 5.168, atrás de São Paulo, com 5.390.

A média nacional é de R\$ 4.512. "Isso mostra que investimento em qualificação também gera melhores condições de vida para os trabalhadores" diz Suzuki Junior.

'O risco é a frustração das expectativas', diz líder industrial

03/08/2016 – Fonte: Fola de S. Paulo



A indústria emergirá menor da crise atual e mais voltada para o mercado externo, prevê Pedro Wongtschowski, 70, presidente do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria).

Membro do conselho de administração do grupo Ultra –dono dos postos Ipiranga e da Ultragaz–, Wongtschowski afirma que a Petrobras está encolhendo e deve diminuir ainda mais, com a venda de negócios nas áreas de gás, exploração de petróleo em terra e etanol.

Folha - A indústria bateu no fundo do poço, como parecem indicar os dados recentes?

Pedro Wongtschowski - Sim, ela parou de cair muito. Os dados continuam mostrando aumento do desemprego. O setor industrial perdeu 30 mil vagas no primeiro semestre. Mas no BNDES as consultas pararam de cair, o que indica que pode começar um movimento de retomada cautelosa do investimento.

O sr. prevê uma retomada?

Vai depender da evolução do cenário [político]. Por enquanto, há indicações positivas quanto a intenções de mudanças. Elas criaram uma expectativa positiva, mas o que vai mover o investimento de verdade é a materialização dessas intenções. O risco é haver uma frustração dessas expectativas, e essas oportunidades não se repetem.

A retomada do investimento depende de vários fatores. Parte se deve às exportações e elas dependem de uma estrutura de custos no Brasil que é muito dependente do câmbio. E aí há uma preocupação enorme de que a gente esteja prestes a iniciar um novo processo de valorização do real.

Isso já está acontecendo?

À medida que há o restabelecimento da confiança, mantidos os juros extremamente elevados para padrões internacionais, vai haver novo influxo de recursos para o mercado brasileiro.

Se não houver ação do governo, pode levar a um novo processo de valorização do real, que por sua vez teria efeito extremamente negativo no setor industrial. Nas duas pontas: na redução da possibilidade de exportações e na interrupção do processo de substituição de importações, que vinha acontecendo desde o ano passado e agora perde ritmo com a valorização do real.

O BC deve intervir no câmbio?

O câmbio é flutuante, mas não deve ter uma flutuação selvagem. O governo tem instrumentos para dar alguma estabilidade e previsibilidade e conter valorizações

excessivas da moeda. O câmbio sozinho não resolve, mas mantém a indústria viva enquanto o governo trabalha nos fatores que afetam a competitividade.

O que o governo tem que entregar este ano?

Um conjunto de projetos que indique como vai resolver o problema fiscal e tributário, e encaminhar uma reforma trabalhista.

A política de usar a Petrobras como alavanca da indústria aparentemente não deu certo. O que será desse setor?

A Petrobras está encolhendo. O governo tinha um projeto megalômico que se revelou inviável, primeiro pela escala, segundo pelo fato de que implicitamente assumia a continuidade de um petróleo a US\$ 100 o barril.

Então, houve três processos: a redução do crescimento da demanda de derivados no Brasil devido à recessão; a redução do preço do petróleo no mercado internacional; e a inviabilidade matemática de a Petrobras arcar com o volume de investimentos inicialmente previsto. Esses três fatores fizeram e vão fazer com que refluem os investimentos da Petrobras.

Como avalia a privatização de setores da Petrobras?

Há áreas fora do negócio central das quais a Petrobras pode sair totalmente ou parcialmente, como energia elétrica [termelétricas], gás... Ainda não vi referência ao etanol, mas é outra área em que a Petrobras é sócia minoritária e poderia desinvestir.

A empresa já anunciou que sairá da Liquigás e que ficará minoritária na BR. Já anunciou desinvestimentos em logística de gás, de ativos no exterior e está se desfazendo de ativos mesmo na área do pré-sal.

Acredito que a estatal vá vender ativos onshore [em terra] de baixa produção. São dezenas de poços com pequena produção. A Petrobras vai diminuir de tamanho. É inexorável devido à sua situação econômica, e sensato.

Há espaço para incentivar a indústria?

O governo tem que rever desonerações, subsídios e incentivos que existem hoje para a economia como um todo. Muitos deles não se justificam mais.

O governo avalia adequadamente os subsídios hoje?

Ao que me consta, não. Então, primeiro é preciso ver quão eficazes eles são para reativar a economia, incentivar investimentos e gerar emprego. Por quê? O objetivo é ser seletivo: manter vivos os que atingem seus objetivos e, portanto, reduzir o volume total, com ganho fiscal.

A indústria nacional está preparada para essa revisão?

A indústria está preparada para essa revisão, não [para a] remoção [dos incentivos].

RAIO-X PEDRO WONGTSCHOWSKI FORMAÇÃO

Formado em engenharia química, com mestrado e doutorado pela Escola Politécnica da USP

ATUAÇÃO

Presidente do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), é ex-presidente e membro do conselho de administração do Grupo Ultra, companhia que controla Ipiranga, Ultragaz, Oxiteno, Extrafarma e Ultracargo. Faz parte dos conselhos da Embraer, CTC, Embrapii e INPI.

GRUPO ULTRA

Receita: R\$ 19.524 bilhões (1º trimestre de 2016)

Lucro líquido: R\$ 388 milhões

Volks abre plano de demissão voluntária e renova o PPE em SP

03/08/2016 – Fonte: Bem Paraná

A Volkswagen firmou novo acordo coletivo com os metalúrgicos da fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, para a abertura de PDV (Plano de Demissão Voluntária) e a renovação do programa que permite a redução de jornada e salários, o PPE (Programa de Proteção ao Emprego).

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com o acordo foi possível a manutenção dos empregos de 3.600 pessoas consideradas excedentes pela montadora. Hoje, a Volks tem cerca de 10.000 funcionários na fábrica.

"Ajustamos os acordos que estavam em curso em função da queda na produção, que tem sido muito forte. Foi a negociação mais difícil com a Volkswagen", disse o diretor do sindicato, Wagner Santana.

Em nota, a Volkswagen considerou a aprovação do acordo coletivo "um importante passo no aprimoramento das relações trabalhistas." "Empresa e Sindicato chegaram nesta semana a uma proposta que garantiu o equilíbrio entre as necessidades do negócio e dos trabalhadores, com elementos que nos permitirão fazer frente aos desafios atuais, por meio de mecanismos de adequação das estruturas de custos e de efetivo da unidade."

Segundo comunicado do sindicato, o PDV terá início nesta quarta-feira (4) e será destinado aos funcionários da produção e administrativo. A tabela de incentivos é a mesma para os dois setores e varia de acordo com o tempo de casa do trabalhador e a data de adesão.

Quem aderir no primeiro período -de 4 a 10 de agosto- recebe o valor previsto na tabela base (cerca de 0,5 salário por ano trabalhado) mais 20 salários. De 1º a 9 de setembro o pacote pagará o equivalente à tabela base mais 15 salários e para os que aderirem de 19 a 30 de setembro o valor será a tabela base mais dez salários.

O sindicato informou que o excedente de funcionários, se ainda existir após o PDV, será administrado por meio de layoff e da renovação do PPE, que poderá ser aplicado com redução de até 30% na jornada de trabalho e 15% nos salários.

Atualmente, a Volks opera com redução de jornada de 20%. Para o setor administrativo, haverá meta de 325 adesões. Ao final do período, se ainda houver excedente os trabalhadores serão colocados em layoff por até 5 meses e após esse período haverá o desligamento.

A proposta inicial da fábrica, apresentada em 5 de julho, tinha como meta 1.100 adesões no setor. O acordo prevê, ainda, a alteração da data-base do próximo ano, do mês de março para setembro.

A variação do INPC referentes aos 18 meses, de março deste ano a setembro de 2017, será convertido em abono salarial. Para o período de 2018 a 2021 fica mantida reposição anual de 100% do INPC.

Segundo o sindicato, a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) deste ano será mantida no valor já previsto de R\$ 11.800,00. De 2017 a 2021 a montadora pagará o valor do ano anterior corrigido pelo INPC.

A proposta inicialmente apresentada pela fábrica, em 5 de julho, previa um período de 3 anos -de 2017 a 2019- sem reajustes e uma PLR de R\$ 4.600,00 em 2016. "Os

funcionários da unidade terão garantia de estabilidade até 2021, desde que assegurado um volume de produção na fábrica de 120 mil veículos no ano. O volume atual de produção da está em 175 mil veículos por ano", informou o sindicato.

Audiência de conciliação sobre unidade da JBS no interior de SP fica sem acordo

03/08/2016 – Fonte: EM.com

A audiência de conciliação entre JBS e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Presidente Prudente, agendada pelo Ministério Público do Trabalho, na Justiça do Trabalho de Presidente Venceslau, terminou sem uma conciliação entre as partes.

O objetivo do encontro, realizado na tarde desta segunda-feira, 1, era debater o fechamento e o desligamento dos funcionários da unidade da empresa em Presidente Epitácio, anunciado no mês passado.

O sindicato e o Ministério do Trabalho pediam a suspensão das demissões em massa, o que não foi atendido. O sindicato afirmou que o interesse é o de manter os empregos "não tendo uma contraproposta pecuniária no momento". Disse, ainda, que as tratativas entre as partes ficaram paralisadas, após suspensão das demissões no dia 15 de junho.

Na ata da reunião, a JBS afirma ser "inviável" a manutenção da unidade não apenas por questões fiscais mas, também, porque "a diretoria da empresa já deliberou sobre o fechamento da unidade". A Justiça afirma que está disposta a realizar novas audiências de conciliações, caso haja um consenso.

No dia 18 de julho, a JBS informou ter encerrado as atividades do frigorífico de Presidente Epitácio. O fechamento da unidade havia sido suspenso em junho a pedido do governo de São Paulo, que negociava uma saída para reverter a demissão de 795 trabalhadores da unidade. A JBS alega que a decisão do governo estadual, de alterar em abril as regras tributárias, "tornou inviável a manutenção das atividades no local".

De acordo com a JBS, 795 colaboradores trabalhavam em atividades de desossa na unidade de Presidente Epitácio e foi oferecida a eles a possibilidade de transferência para outras unidades.

"Para aqueles que não puderem ou não aceitarem a transferência, a JBS promoverá o desligamento, de acordo com aquilo que prescreve a legislação, bem como todos os acordos e regras vigentes", afirmou a empresa na época.

Empresa com capital estrangeiro tem até dia 15 para preencher censo do BC

03/08/2016 – Fonte: R7

As empresas residentes no Brasil que tenham participação estrangeira em seu capital, em qualquer valor, têm até 15 de agosto para fazer a declaração no Censo Quinquenal de Capitais Estrangeiros no País, do Banco Central.

O alerta foi feito nesta terça-feira, 2, pelo chefe adjunto do Departamento Econômico do BC, Fernando Rocha. O não cumprimento da exigência implica o pagamento de multa de até R\$ 250 mil e sujeita a empresa a processo administrativo punitivo.

Com 20 anos de história, o censo busca traçar um retrato do Investimento Direto no País (IDP) em 2015 - o ano-base da atual pesquisa. Rocha explica que o resultado vai refletir o estoque de capital estrangeiro investido no Brasil no ano passado e, portanto,

será diferente dos resultados mensais do IDP divulgados pelo BC, que dizem respeito ao fluxo de investimento para o País. "O balanço de pagamento registra fluxos do exterior para Brasil ou do Brasil para o exterior. No censo, são apurados os dados de estoque", disse.

Na pesquisa mais recente, referente a 2014 e feita em caráter amostral, o estoque de IDP atingiu cerca de US\$ 674,4 bilhões ou o equivalente a 28,8% do PIB. Em 2015, em função da crise brasileira, há a expectativa de que este valor possa ser menor.

O formulário eletrônico para a declaração está disponível no site do Banco Central, no endereço www.bcb.gov.br

Iedi avalia que 'é cedo para falar em recuperação da indústria'

03/08/2016 – Fonte: R7

O avanço de 1,1% na produção industrial brasileira em junho ante maio, o quarto mês consecutivo de resultados positivos apurados pelo IBGE, ainda não representa uma recuperação do setor, na avaliação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

"Ainda é cedo para falar em recuperação. Estamos falando de estancamento da crise. E esse estancamento aconteceu num patamar muito baixo de produção", observou Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi.

Cagnin aponta que o desempenho da indústria permanece negativo em todas as comparações com o ano anterior. Segundo ele, o setor de bens de capital, que foi determinante para o resultado positivo da indústria em geral nos últimos meses, começou a esboçar reação porque vinha de muitos meses seguidos de quedas acentuadas.

"Foram muitos meses de contrações sucessivas na produção de bens de capital, então essa procrastinação de projetos de investimentos por tanto tempo exige em algum momento o desengavetamento de alguma necessidade, a substituição de algum equipamento obsoleto", justificou o economista-chefe do Iedi.

Outro fator que beneficiou a indústria como um todo nos últimos meses foi a taxa de câmbio, que começou o ano mais favorável para o setor, por volta de R\$ 4,00.

"A taxa de câmbio, que ajudou muitos setores a ter como rota de fuga o mercado externo, já não é mais a mesma do início do ano: passou de cerca de R\$ 4,00 em janeiro para R\$ 3,20 agora. Num período tão delicado, essa pressão cambial pode jogar areia na engrenagem, esfriar esse dinamismo que tivemos no primeiro trimestre", alertou Cagnin.

O economista afirma, entretanto, que os últimos resultados divulgados pelo IBGE mostram que talvez o pior momento da indústria tenha mesmo ficado para trás. Apesar disso, a expectativa do Iedi ainda é de retração na produção este ano. "(Retração) Menor do que no ano anterior, mas ainda retração", concluiu ele.

Distribuidoras de energia terão nova chance de reduzir excesso de contratos

03/08/2016 – Fonte: R7

Distribuidoras de eletricidade terão nova chance para reduzir sobras de energia contratada decorrentes do menor consumo de seus clientes em meio à crise, informou nesta terça-feira a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), depois que

um mecanismo criado para mitigar o problema atendeu apenas 2 por cento da demanda em um primeiro momento.

A CCEE disse que uma nova rodada desse mecanismo, o "MCSD de Energia Nova", que negocia reduções de contratos de compra das distribuidoras junto a geradores, deverá ser realizada ainda em agosto, com divulgação dos resultados no dia 25.

A primeira rodada do MCSD, na semana passada, reduziu apenas 130 megawatts médios em contratos, ante cerca de 5,66 gigawatts em sobras declaradas pelas distribuidoras.

As distribuidoras e geradoras interessadas em participar da segunda rodada deverão enviar suas intenções de renegociação de contratos até 15 de agosto. Serão reduzidos contratos para o período entre agosto e dezembro deste ano.

A CCEE disse que a primeira rodada teve declarações de sobras por 41 distribuidoras, das quais 32 conseguiram reduzir contratos.

Dentre os geradores, três agentes solicitaram redução contratual para um total de 18 usinas.

Renault reforça linha de SUVs e anuncia fabricação de Captur e Kwid no Brasil

03/08/2016 – Fonte: R7



A Renault anunciou nesta terça-feira (2) que vai vitaminar sua linha de SUVs no Brasil, hoje representada apenas pela Duster, com dois novos modelos — o Captur, que será fabricado no País, e o Koleos, importado e fabricado em Busan, na Coreia do Sul. O anúncio foi feito pelo presidente mundial da Renault, Carlos Ghosn.

Os franceses também confirmaram a chegada do Kwid, o novo carro de entrada da montadora no País — trata-se de um modelo mundial. O popular será fabricado em São José dos Pinhais (PR), o que torna o Brasil o segundo país do mundo a ter a plataforma do Kwid. Os três modelos anunciados chegarão ao mercado em 2017.

O Renault Clio, que pertence à mesma categoria do Renault Kwid, continuará a ser fabricado na Argentina e trazido ao Brasil -- a tendência, porém, é perder espaço aos poucos no mercado nacional. Já o Renault Sandero, fabricado no Brasil, permanecerá como o segundo na escala de modelos da Renault por aqui.

Não existem ainda estimativas de preços para os três modelos da Renault, mas vale lembrar que o Koleos estará sujeito à variação cambial — se o dólar se valorizar em relação ao real, o modelo ficará mais caro. Mais robusto, o Koleos fará frente ao Honda CR-V, Toyota RAV4, Hyundai Santa Fé, Hyundai Ix35 e KIA Sorento.

Quanto ao Kwid, candidato a ser o carro mais barato produzido no Brasil, Ghosn despistou.

— O Kwid vai ficar completo não só pelas suas funcionalidades, design, consumo, mas também pelo preço. Mas o objetivo não é colocar [o Kwid] como o mais barato do Brasil. Será um carro com preço razoável.

Para fabricar o Captur e o Kwid, a fábrica de São José dos Pinhais (PR) será ampliada, informou o executivo. O objetivo, disse o CEO mundial da marca, é abocanhar 10% de participação do mercado nacional.

— A durabilidade da participação é mais importante do que atingir um pico apenas. [...] não estou dando uma data-limite para atingir os 10%, mas atingir 8% por exemplo não é satisfatório.

Renault confirma seu novo popular nacional, o Kwid

O foco da Renault nos SUVs no Brasil se dá porque o segmento dobrou de tamanho em dois anos, mas só responde por 15% do mercado brasileiro, explicou Ghosn. Na Europa, de acordo com o CEO, os SUVs representam 25% do mercado.

Com o anúncio, a Renault tenta galgar posições no ranking de emplacamentos de automóveis, uma vez que ocupa atualmente a oitava colocação, com 70.573 veículos vendidos entre janeiro e julho, segundo a Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores). A participação de mercado está em 7,37%.

Duelo de SUVs

O presidente mundial da Renault reconheceu que o **Captur** e a **Duster**, que já está nas ruas brasileiras, podem concorrer entre si. Mas aposta que o comportamento do mercado brasileiro deve se assemelhar ao europeu.

— Duster e Captur convivem bem na Europa, mas precisamos observar o comportamento do consumidor. Em todos os mercados em que temos os dois, não existe canibalização. Esperamos que seja assim no Brasil.

Empregos

O investimento da Renault significa um compromisso com o mercado brasileiro, mas a ampliação da fábrica de São José dos Pinhais não representa criação de empregos diretamente, segundo o presidente mundial da Renault.

— Quanto aos empregos, vai depender muito do mercado brasileiro. Estamos [o mercado nacional] nos 2 milhões de carros vendidos por ano, mas aos poucos voltaremos aos 3,6 milhões que atingimos alguns anos atrás. Assim, os empregos voltarão. Estamos investindo, apostando que esse mercado vai parar de cair e se reestabelecer.

Ghosn usou um dado para justificar a aposta da montadora francesa no País. O mercado brasileiro tem uma média de 200 veículos para cada mil habitantes. Isso representa a metade do que existe em Portugal, finalizou.

Fenabrave avalia que 'o pior já passou' para a indústria automobilística

03/08/2016 – Fonte: R7

Após o mercado de veículos novos ter apresentado em julho a sua terceira alta mensal seguida, o presidente da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), Alarico Assumpção Jr, afirmou nesta terça-feira, 2, que "o pior já passou", em referência às quedas enfrentadas pelo setor desde 2013.

A avaliação de Assumpção se deve principalmente à crença de que é muito provável que o Senado decida pelo afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República. "Temos a clareza forte de que o período de interinidade está próximo do fim", disse o empresário, que acredita na ideia de que a resolução do impasse político é fundamental para a recuperação da economia.

Ele também aponta que já é possível observar alguma melhora no consumo de veículos, puxada pelos brasileiros que contavam com alguma reserva financeira e estavam à espera de algum sinal de recuperação da economia para comprar um carro. Reconhece, no entanto, que o aumento do desemprego será um limitador.

Apesar da expectativa de melhora, a Fenabreve revisou a previsão para o ano inteiro, de queda de 9,8% para recuo de 18,2%, aproximando-se, portanto, da estimativa da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), que espera baixa de 19%.

Os números foram revisados após o mês de julho registrar 181.416 unidades vendidas, alta de 5,59% em relação a junho, mas contração de 20,29% ante julho do ano passado. Assumpção disse, no entanto, que o impeachment de Dilma pode resultar em revisões das previsões para números melhores.

Eleições municipais

A proximidade das eleições municipais aqueceu o mercado de ônibus em julho, afirmou Assumpção Jr. No sétimo mês do ano, foram 1.948 unidades vendidas, crescimento de 62,6% em relação a junho e de 14,72% na comparação com julho do ano passado.

Segundo Assumpção, é normal que, nos meses que antecedem as eleições municipais, as prefeituras comprem novos ônibus para renovar a frota. O aquecimento em julho, no entanto, não foi suficiente para reverter o desempenho do mercado no acumulado do ano, que registra retração de 33,69%. A previsão da Fenabreve para o ano inteiro é de que o segmento apresente recuo de 19%.

IBGE: produção de bens de capital está 41,3% abaixo do pico de setembro de 2013

03/08/2016 – Fonte: R7

Apesar da melhora recente, a produção de bens de capital ainda opera 41,3% abaixo do pico histórico alcançado em setembro de 2013, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física, divulgada nesta terça-feira, 2, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A fabricação de bens duráveis, por sua vez, está 39,8% abaixo do pico histórico, atingido em junho de 2013. Tanto bens de capital quanto bens de consumo duráveis representam cerca de 10% da produção a indústria nacional.

A categoria de bens intermediários, a mais representativa do País, equivalente a 55% da indústria brasileira, operava em junho com nível 16,4% abaixo do pico de produção registrado em maio de 2011.

Já os bens de consumo semi e não duráveis estão 11,4% abaixo do pico alcançado e de junho de 2013. A categoria pesa cerca de 25% no cálculo da produção nacional.

De maneira geral, a produção industrial brasileira operava, em junho, em um nível 18,4% abaixo do pico histórico, registrado em junho de 2013. O número mais adverso é registrado no setor de veículos, com defasagem de 48,7% entre o patamar atual e o recorde histórico.

Veículos

A melhora na produção de bens de capital deu contribuição importante para a manutenção da indústria em território positivo nos últimos quatro meses. Em junho, a fabricação de bens de capital cresceu 2,1% em relação a maio, o sexto avanço consecutivo.

De janeiro a junho, o ganho acumulado pela categoria foi de 13,5%, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física.

Nos últimos dois meses, pontualmente, o principal destaque, contudo, foi visto no setor de veículos, apontou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Para esses dois últimos meses, especialmente, a atividade de veículos automotores explica muito do comportamento positivo do total da indústria. Este mês, ela é a atividade que impacta mais positivamente", afirma Macedo.

Houve expansão na produção tanto de caminhões, que impacta a categoria de bens de capital, quanto de automóveis, que explica o avanço de 1,1% nos bens de consumo duráveis em junho ante maio.

"Há diminuição de estoques existentes especialmente dentro das montadoras. Os estoques ainda estão elevados mais em função das concessionárias", lembrou Macedo.

O setor de veículos automotores acumulou crescimento de 14,4% em maio e junho, mas ainda opera 48,7% abaixo do seu ponto mais elevado de produção na série histórica, alcançado em julho de 2011.

"Embora tenha melhorado, nesses dois últimos meses há um distanciamento significativo do ponto mais alto em que essa atividade já operou", salienta o pesquisador.

Melhora da indústria requer recuperação da demanda doméstica, avalia Macedo

03/08/2016 – Fonte: R7

A produção industrial registra melhora gradual há quatro meses, mas a partir de uma base de comparação depreciada, observou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo ele, para uma recuperação mais acentuada, a indústria requer a retomada da demanda doméstica.

"A combinação de fatores justifica essa melhora recente da produção da indústria. Seja a melhora da confiança dos empresários, seja a redução de estoque em função dos ajustes na produção feitos, seja o aumento nas exportações. Combinados, todos justificam esse avanço nos últimos quatro meses", enumerou Macedo.

No entanto, o pesquisador ressalta que os fatores de compressão da demanda doméstica permanecem presentes, impedindo uma recuperação maior.

A produção industrial recuou 6% em junho ante junho de 2015, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física. O movimento de queda ocorre a despeito do efeito calendário positivo: junho deste ano teve um dia útil a mais do que junho do ano passado.

"Quando a gente fala do mercado doméstico, essa retração da demanda permanece.

Temos aumento na taxa de desemprego, a renda real está menor, a inflação permanece em patamares elevados, o crédito continua caro, a taxa de juros está elevada, há maior seletividade na concessão de crédito, os níveis de inadimplência ainda estão em patamares elevados. Então esses fatores que a gente sempre elencou para explicar a queda na demanda doméstica permanecem", lembrou Macedo.

2º trimestre

A produção industrial avançou 1,2% no segundo trimestre, em relação ao primeiro trimestre do ano, calculou André Macedo. O IBGE deixou de divulgar oficialmente os resultados do trimestre ante o trimestre imediatamente anterior, mas Macedo disse que é possível dizer que o avanço registrado no segundo trimestre interrompe uma trajetória expressiva de quedas.

"É uma melhora em relação ao que a gente tinha no passado recente", afirmou o pesquisador.

Ele ressalta, entretanto, que o cálculo da produção industrial difere do cálculo da contribuição da indústria para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Em leve reação, indústria vai ganhar incentivos

03/08/2016 – Fonte: Em.com

Fábricas produziram 1,1% mais de maio para junho, mas primeiro semestre foi o pior desde 2009. Novos recursos para o setor serão anunciados pelo BNDES até novembro

A diretora de Indústria e Insumos Básicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Cláudia Prates, afirmou que em três a quatro meses devem ser anunciadas mudanças na política operacional para o setor industrial.

Segundo Cláudia, as prioridades continuarão a ser inovação e pequenas e médias empresas. Além disso, o BNDES buscará parceiros para investimentos de longo prazo e vai incentivar o mercado de capitais.

As alterações chegam num momento em que a indústria brasileira apresenta sinais de recuperação, ainda leves e distantes de uma retomada. A produção do setor cresceu 1,1% na passagem de maio para junho, com base em pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O ritmo das fábricas acumulou avanço de 3,5% nos últimos quatro meses de resultados positivos. Ainda assim, mostrou queda de 9,1% medida no primeiro semestre, o pior desde 2009, quando o recuo foi de 13%; e frente a junho de 2015 registrou queda de 6%.

"Vamos buscar parceiros para investimentos de longo prazo. A política operacional está sendo revista", disse a diretora do banco, sem dar detalhes, em evento na sede da instituição que abordou apoio do BNDES à inovação.

Na última semana, o BNDES divulgou mudanças na linha de crédito para construção de linhas de transmissão de energia. Antes, o banco financiava até 70% do valor do investimento em TLJP (taxa de juros de longo prazo). Agora são 50%. A TJLP é um juro mais baixo que o juro de mercado. Hoje, ela está em 7,5% ao ano, enquanto a Selic, a taxa básica de juros, está em 14,25%.

Embora tenha afirmado que a instituição vai incentivar o mercado de capitais, Cláudia não deixou claro se o banco poderá ampliar a fatia de crédito em TJLP como contrapartida caso o tomador busque se financiar no mercado. Na gestão de Luciano Coutinho, o banco elevava o teto financiado em TJLP para aqueles que emitissem debêntures (títulos da dívida), especialmente em projetos de infraestrutura.

O BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação, anunciaram ontem apoio de até R\$ 3,6 bilhões para dois programas voltados para inovação nos setores de química e mineração. Serão R\$

2,4 bilhões para 27 projetos já selecionados na área química e uma estimativa de R\$ 1,18 bilhão para a área mineral. Neste caso, o edital que prevê o apoio das duas instituições será lançado amanhã.

Para o setor químico, serão financiados, em média, até 70% do investimento e os projetos têm prazo de execução até 2021. O apoio será dado de diferentes formas, que envolvem desde crédito a renda variável, dentro do Plano de Apoio ao Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química (Padiq). O Padiq é um dos programas gestados no âmbito do Plano Brasil Maior, lançado em 2011, visando ampliar a competitividade das empresas do setor.

A estimativa inicial de demanda era de R\$ 2,2 bilhões, mas com a elevada procura – foram 62 projetos, dos quais 27 selecionados – serão aportados R\$ 200 milhões adicionais. Os projetos se enquadram em seis temas principais, com destaque para uso de químicos para a indústria de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria, além de energias renováveis.

NOVOS PROJETOS

De acordo com o diretor de Inovação da Finep, Victor Odorcyk, há potencial para o desenvolvimento de componentes químicos que podem substituir substâncias alergênicas ou cancerígenas, com aplicações em itens como mamadeiras e chupetas.

Apesar do discurso do BNDES de ênfase nas pequenas e médias, 12 das 27 contempladas no Padiq são grandes companhias, como Natura e Bunge. Outras 12 são pequenas e médias. Três são médias-grandes.

Odorcyk informou ontem que deverá haver mais duas chamadas para novas seleções de projetos. No setor mineral, o programa se chama Inova Mineral. "São cinco linhas temáticas, incluindo o que chamados de minerais 'portadores do futuro', como nióbio e terras-raras (usados em aparelhos como laptop), além de novas tecnologias para mitigação de riscos ambientais, como sensoriamento de barragens", disse Neves.

Perdas predominam

A recuperação da produção industrial, para analistas do setor, vai levar tempo, uma vez que o setor perdeu muito espaço na economia brasileira nos últimos anos.

"O quadro vem melhorando aos poucos, mas ainda estamos muito longe de recuperar as perdas do passado recente", afirma o economista-chefe da Sul América Investimentos, Newton Camargo Rosa. Ele acredita que as fábricas deverão encerrar o ano com redução da produção de 6%, depois do tombo de 8,2% no ano passado.

Em junho, 18 dos 24 segmentos da indústria pesquisados pelo IBGE tiveram resultado positivo (veja o quadro). A principal influência foi da atividade de veículos automotores, reboques e carrocerias, que registraram crescimento de 8,4%, portanto, acima da expansão de 5,5% verificada no mês anterior. Na direção oposta, os ramos que mais impactaram negativamente o desempenho da indústria foram produtos alimentícios (0,7%) e bebidas (2,6%).

O Banco Fator avalia que o movimento da indústria nos últimos meses mostra que o fundo do poço já ficou para trás, o que é corroborado pela melhora nos indicadores de confiança das empresas. Ainda assim, vê queda de 6,2% da produção neste ano.

"Apesar de os estoques elevados ainda inibirem a produção, a melhor gestão macroeconômica e o avanço de reformas devem continuar impulsionando a retomada da confiança e ajudar a indústria a se recuperar no segundo semestre", diz o Banco Votorantim em relatório enviado a clientes.

PDV na Volks

A direção da Volkswagen e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fecharam na manhã de ontem acordo para evitar 3,6 mil demissões aleatórias na fábrica de São Bernardo do Campo (SP). Esse universo equivale ao total de funcionários ociosos que a fábrica alega ter, o equivalente a 30% de sua mão de obra.

Pelo acordo, a empresa abriu um Programa de Demissão Voluntária (PDV), que até o dia 10 vai pagar até 35 salários extras a quem aderir às suas condições. Esse "pacote turbo", como foi chamado pelos trabalhadores, é decrescente. Ou seja, o valor a ser pago é regressivo, assim, quanto antes o funcionário se inscrever, mais vai receber em valores extras.

Para analistas, retomada da produção industrial vai levar tempo

03/08/2016 – Fonte: Em.com

A recuperação da produção industrial, que ainda tentava se firmar, ganhou fôlego em junho, com alta de 1,1%, na margem. Com as revisões promovidas pelo IBGE, agora trata-se do quarto ganho mensal consecutivo. Na comparação anual ainda houve queda, de 6,0%, mas o ritmo foi o menor em 13 meses.

Mesmo assim, analistas ouvidos pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, apontam que a retomada da indústria para os patamares anteriores à crise vai levar tempo e lembram que o setor perdeu muito espaço na economia brasileira nos últimos anos.

"O quadro vem melhorando aos poucos, mas ainda estamos muito longe de recuperar as perdas do passado recente", afirma o economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Camargo Rosa. Para ele, a produção industrial deve fechar com queda de 6,0% em 2016, após o tombo de 8,2% no ano passado.

O sócio e diretor da MacroSector, Fabio Silveira, vê um ajuste ainda mais forte este ano, com retração de 7,5%. "Continuamos com o ajuste fortíssimo na indústria e não há perspectiva de melhora acentuada, mas de melhora suave e discreta nos próximos meses, porque as condições do mercado de trabalho, do consumo e do crédito estão fragilizadas. As exportações, que poderiam ajudar, também não vão crescer nos próximos meses", aponta.

O Banco Fator afirma que o movimento da indústria nos últimos meses mostra que o fundo do poço já ficou para trás, o que é corroborado pela melhora nos indicadores de confiança das empresas.

Mesmo assim, ainda vê queda de 6,2% este ano. "Apesar dos estoques elevados ainda inibirem a produção, a melhor gestão macroeconômica e o avanço de reformas devem continuar impulsionando a retomada da confiança e ajudar a indústria a se recuperar no segundo semestre", diz o Banco Votorantim em relatório enviado a clientes.

O economista da Tendências Consultoria Rafael Bacciotti também tem uma visão mais otimista. Ele aponta que a alta em junho ante maio foi bastante disseminada, com avanço em 18 dos 24 setores.

O analista explica que, em bens de capital, o crescimento foi de 2,1% em junho, marcando o sexto ganho consecutivo. "A produção de bens de capital está sendo direcionada para o mercado externo", indica. Mesmo assim, segundo o IBGE, a produção de bens de capital ainda opera 41,3% abaixo do pico histórico alcançado em setembro de 2013. Na indústria em geral, a produção está 18,4% menor do que o pico.

A consultoria britânica Capital Economics lembra que, com alta nos três meses do segundo trimestre, a indústria deve ter contribuído positivamente para o PIB do período, o que não acontecia desde o primeiro trimestre de 2014. Essa contribuição é estimada em 0,2 ponto porcentual.

"Tudo somado, nós permanecemos confortáveis com nossa visão de que as condições econômicas no Brasil vão continuar a melhorar gradualmente nos próximos trimestres", afirma o relatório assinado pelo economista para mercados emergentes Edward Glossop.

O Bradesco também aponta para a contribuição positiva da indústria no PIB e diz ainda que a melhora em bens de capital e em insumos típicos da construção civil sugerem variação positiva da formação bruta de capital fixo (FBCF) no segundo trimestre. Mesmo assim, o banco estima contração de 0,3% na economia brasileira no período, na margem.

Entre os representantes do setor, o otimismo é cauteloso. O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, estima que a produção física deve cair 10% este ano, enquanto o faturamento da indústria deve recuar 8% em termos reais.

"Nossa sondagem mostra que o nível de confiança deverá melhorar no segundo semestre, mas há ainda algumas surpresas", afirma, apontando que as demissões em junho no seu segmento foram maiores do que o esperado. Além disso, os industriais têm reclamado que a queda do dólar nos últimos meses pode afetar as exportações, que vinham sendo um destaque positivo.

BNDES: novas condições de crédito para a indústria serão divulgadas aos poucos

03/08/2016 – Fonte: Em.com

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está revendo toda sua política operacional, mas, no caso dos projetos para a indústria, as novas condições de crédito serão divulgadas aos poucos, nos próximos três a quatro meses, afirmou nesta terça-feira, 2, a diretora Industrial do BNDES, Cláudia Prates.

A executiva não adiantou números sobre as novas condições de crédito. Limitou-se a relatar que não faltará apoio para os projetos industriais e frisou que pequenas e médias empresas, assim como os projetos focados em inovação tecnológica, continuarão como prioridade.

"Inovação e pequenas e médias empresas terão sempre a melhor condição possível. A política operacional está sendo revista, mas elas serão prioridades", disse Cláudia, em entrevista coletiva para comentar o lançamento de editais em parceria com a Finep, agência de fomento à inovação.

Semana passada, ao anunciar as condições de crédito para o financiamento ao leilão de linhas de transmissão previsto para setembro, o BNDES deu uma mostra do que será a nova política operacional, com menos crédito subsidiado e maior participação de fontes privadas.

Para os projetos de linhas de transmissão, o limite do crédito subsidiado será de 50% do valor dos investimentos e não haverá ampliação desse teto para clientes que emitirem títulos de dívida, como no modelo desenhado pela equipe do ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, no início de 2015.

Segundo a diretora do BNDES, essas condições saíram na frente por causa da data do

leilão. Cláudia evitou dizer se o teto de 50% será uma referência ou se a ampliação do crédito subsidiado no caso das emissões de títulos será mantida. A executiva ressaltou, apenas, que, na política atual, as condições do crédito para a indústria já são menos vantajosas do que no caso da infraestrutura.

"O objetivo maior do banco é buscar parceiros nos investimentos de longo prazo", disse Cláudia. Segundo a executiva, a questão do incentivo, por meio de crédito subsidiado, à emissão de títulos está em discussão, sem definição.

Quando perguntada sobre sua posição sobre esse mecanismo, ela respondeu: "Não sou a favor nem contra, muito pelo contrário". Em seguida, a diretora afirmou que "incentivar o mercado de capitais é papel do banco".

Receita Federal atualiza norma que trata da alteração do regime no reconhecimento das variações monetárias

03/08/2016 – Fonte: Portal Contábil



A Receita Federal publicou hoje a Instrução Normativa (IN) nº 1656, com o objetivo de atualizar a IN 1.079, de 2010, que disciplina as alterações promovidas pelo Decreto nº 8.541, de 2015.

O Decreto alterou o critério para a mudança do regime de competência para regime de caixa no reconhecimento das variações monetárias em razão de elevada oscilação da taxa de câmbio.

Antes, a mudança de regime dependia da edição de Portaria do Ministro da Fazenda, que anunciaria a ocorrência de elevada oscilação da taxa de câmbio.

Pela nova regra, já disposta no decreto, a alteração de regime pode ser efetuada se no período de um mês-calendário o valor do dólar dos Estados Unidos da América para venda apurado pelo Banco Central sofrer variação, positiva ou negativa, superior a dez por cento.

Novo Código Comercial pode gerar perdas de R\$ 182 bilhões na economia

03/08/2016 – Fonte: Portal Contábil



O Novo Código Comercial, além de ser uma polêmica entre juristas, empresários e políticos, se aprovado, pode gerar um prejuízo de R\$ 182 bilhões na economia brasileira. É o que aponta estudo feito pela pesquisadora do Insper, Luciana Yeung. O projeto de lei que cria o novo código deve ser votado no próximo dia 10 na comissão especial da Câmara. Contudo, a principal crítica diz respeito à insegurança jurídica que

a criação de uma nova legislação traria, aumentando os litígios, e, conseqüentemente, os gastos da União e das empresas.

Conforme o estudo da economista, o impacto mínimo dos custos seria de R\$ 26 bilhões para os setores privado e público. A título de comparação, o teto do déficit fiscal do governo federal previsto para este ano é de R\$ 170 bilhões. Ao mesmo tempo, especialistas e o próprio governo esperam mais uma retração do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano, em torno de 3,2%.

O levantamento de Luciana sinaliza ainda que a nova legislação poderia acarretar em um acréscimo de 15 mil litígios ao ano.

O principal objetivo do PL 1.572/2011 é reunir em um único documento todos os regramentos que regem a atividade comercial – que atualmente estão dispersos no Código Civil e em diversas leis específicas (como a lei de falências, lei das S.A., lei de propriedade industrial, etc.). Para os defensores do código, a unificação geraria uma maior segurança jurídica e simplificaria as relações entre empresários brasileiros.

“Estamos garimpando tudo que trate de relações comerciais e trazendo para dentro do Código. A nossa esperança e desejo é criar um ambiente jurídico mais simples e menos burocrático para os negócios. Acreditamos que o projeto de lei vai facilitar o entendimento por parte dos julgadores”, afirma o deputado federal e presidente da comissão especial que trata do assunto na Câmara, Laércio Oliveira, em entrevista ao DCI.

De acordo com o político, que também é vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a criação de um Código Comercial é fundamental para proteger o empresário, além de gerar uma maior segurança jurídica nas relações do segmento.

O professor de direito empresarial da Universidade de Araraquara, Fernando Passos, endossa a opinião de Oliveira, da CNC. “É uma vergonha nacional não termos um código que proteja o empresário”, diz.

Essa avaliação, no entanto, é contestada por outros juristas que acreditam que a aprovação do projeto exerceria o efeito oposto. “É uma falsa ideia de simplificação. Para simplificar, de fato, você deveria pegar as leis já existentes, e torná-las mais simples, e não criar mais uma legislação. Ao fazer isso você só acrescenta complexidade”, afirma o professor de direito comercial da Universidade de São Paulo (USP), Carlos Portugal Gouvêa.

O acadêmico diz que “no novo código alguns artigos vão tratar das normas específicas, mas que essas legislações continuariam existindo”. Ele se refere, por exemplo, às leis de falências, das S.A. e de propriedade industrial – dentre outras -, que continuariam valendo, mas submetidas aos princípios do Código Comercial.

Segundo ele, isso seria negativo na medida em que as duas legislações poderiam conflitar, o que aumentaria o número de litígios, e, conseqüentemente, a insegurança jurídica. Além disso, o novo código alteraria “conceitos e normas que já estão consolidados na jurisprudência”.

Com este cenário, um grupo de professores titulares de direito comercial da USP, redigiu no dia 6 de julho uma carta endereçada ao relator-geral da comissão, Paes Landim, na qual também se posicionam contrários a aprovação da PL 1.572/2011.

“Parece haver inquestionável consenso no sentido de que, em épocas de profunda crise política, econômica, social e moral como a que o País atravessa, não se recomenda vir a lume uma nova legislação, que muito provavelmente, poderá trazer

mais turbulência do que segurança nas relações jurídicas entre os empresários”, diz o documento.

Gouvêa complementa que ao longo dos anos as práticas comerciais foram se tornando extremamente complexas, e que isso, na prática, impossibilita a criação de um Código Comercial. “Você precisa de leis muito específicas para tratar cada parte da atividade empresarial, e essa lei precisa ser exaustivamente discutida.”

Um dos pontos mais críticos ao documento se refere a necessidade da empresa de obedecer ao conceito de função social, que da forma como foi regido no texto é considerado amplo e genérico. Ainda de acordo com o texto, se provado que a função social não é exercida pela empresa o Ministério Público poderia pedir a anulação do negócio.

Investidor estrangeiro

Outro aspecto que vem gerando polêmica em relação ao texto é relativo ao investidor estrangeiro. “Além dessa maior insegurança, que já desestimularia a entrada de capital externo, o projeto tem previsões específicas que acabam também tendendo a criar barreira para esse investidor”, diz Gouvêa.

Ele cita como exemplo as alterações relacionadas à lei de falências, que preveem uma piora na prioridade do investidor externo nessas operações. “Você criaria uma segmentação entre investidor estrangeiro e investidor brasileiro. Então, por exemplo, se tivessem dois quirografários – que não tem garantia real –, se um deles fosse investidor de uma sociedade estrangeira, ele basicamente estaria em uma categoria inferior ao outro.”

Passos, da Universidade de Araraquara, rebate essa crítica e afirma que isso só ocorreria quando se trata de um crédito não reconhecido pela legislação brasileira. “Quando existirem créditos não reconhecidos eles terão que ficar no final da fila. Mas só nesses casos o investidor estrangeiro não terá prioridade. É uma norma internacional”, afirma.

Por outro lado, o deputado Oliveira comenta que dentro da comissão especial o único ponto que gera alguma discordância entre os políticos diz respeito à participação do cartório no registro mercantil das empresas. Hoje, só se pode fazer o registro da empresa nas juntas comerciais. O projeto de lei prevê, no entanto, que os cartórios também possam fazer esse trabalho. “É um tema delicado”, diz.

Crise já provocou o fechamento de 1,2 mil concessionárias

03/08/2016 – Fonte: Automotive Business

A crise que derrubou as vendas de veículos causou também o encolhimento do número de concessionárias espalhadas pelo Brasil. A Fenabrave, entidade que representa os distribuidores do setor, calcula que desde o ano passado foram fechadas 1,2 mil do total de 8,1 revendas.

A organização estima que 80% das lojas que encerraram as atividades revendiam veículos leves. O restante inclui o segmento de caminhões e ônibus e o de motocicletas.

O número é o saldo negativo entre encerramento e abertura das atividades. “Algumas marcas, como Jeep, Audi e BMW inauguraram mais concessionárias para acompanhar a oferta de novos modelos e a expansão das atividades no Brasil”, conta Alarico Assumpção Jr., presidente da Fenabrave.

Segundo ele, o fechamento de tantas casas provocou o corte de 124 mil empregos. O executivo espera que ao menos parte destas vagas seja reaberta a partir de 2017, acompanhando uma esperada retomada do mercado.

A entidade aponta que a redução do número de concessionárias aconteceu de forma mais intensa ao longo de 2015. "Este ano os fechamentos vêm diminuindo desde o primeiro trimestre", diz Assumpção, destacando a mudança como um sinal de que a queda do mercado já parou de se aprofundar.

Toyota Etios Platinum traz nova frente

03/08/2016 – Fonte: Automotive Business



As concessionárias Toyota começam a vender a linha Etios Platinum. Os carros receberam nova grade, novos para-choques dianteiro e traseiro e interior mais completo, que traz de série revestimento de couro, câmbio automático e central multimídia com câmera de ré e navegador GPS.

O Platinum Hatch tem preço sugerido de R\$ 62.490 e o Sedan, R\$ 65.990. Ambos usam como base a versão XLS 1.5. A nova dianteira ficou bem mais atraente que a utilizada nos outros carros. Por isso é inevitável perguntar por que não foi aplicada em toda a linha 2017 quando lançada em abril deste ano:

"No desenvolvimento, escolhemos a versão topo de linha para adotar as modificações. A intenção era dar exclusividade à Platinum", justifica o gerente-geral de engenharia, Daniel Suzuki.

Mas o próprio executivo admite que as modificações serão estendidas ao restante da linha se a vontade do consumidor determinar, o que certamente vai ocorrer, já que elas surgiram a partir de sugestões de clientes brasileiros. "O conceito foi criado aqui e refinado no Japão e na Tailândia. Projetistas de peças também participaram das modificações", diz o gerente-geral de engenharia.

Outros detalhes aplicados no Platinum são rodas de liga leve de 15 polegadas com desenho esportivo, acabamento preto na coluna central, minissaias laterais, faróis e lanternas com máscara negra. O Sedan recebe ainda um pequeno aerofólio sobre a tampa do porta-malas.

Segundo a Toyota, a linha Platinum deve responder por 13% das vendas totais do Etios, com presença maior no Sedan do que no Hatch. Os motores do Etios já haviam passado por modificações no primeiro semestre e o 1.5 que equipa a linha Platinum e outras versões tem até 107 cavalos quando abastecido com etanol.

O câmbio automático também é o mesmo presente em outras opções do Etios e tem apenas quatro marchas.

O Etios é montado desde 2012 em Sorocaba. A fábrica tem hoje cerca de 2 mil funcionários e envolve outros 2 mil no parque de fornecedores. No melhor ano a unidade produziu 85 mil carros. O ritmo atual é de 75 mil carros/ano, apesar de o modelo ser vendido no Brasil e também exportado para Argentina, Paraguai, Uruguai e Peru.



Platinum Sedan recebeu aerofólio na tampa traseira. Para-choques dianteiros e traseiros são diferenciados em todas as novas versões topo de linha, que também trazem lanternas e faróis com máscara negra. Interior tem bancos de couro e central multimídia com navegador GPS.

Fenabreve confirma melhora das vendas de veículos em julho

03/08/2016 – Fonte: Automotive Business

Foram necessários sete meses para que as vendas de veículos rompessem a barreira de 1 milhão de unidades, algo que acontece ainda no primeiro semestre em anos mais aquecidos. A Fenabreve, organização que representa os distribuidores e concessionários, aponta que foram negociados 1,16 milhão de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus de janeiro a julho, com queda de 24,7% sobre igual período do ano passado.

Conforme adiantado em notícia da Agência Autoinforme na segunda-feira, 1º, o percentual de queda vem diminuindo. Desta forma, até o fim do ano a redução das vendas deve ser menor do que a verificada nos primeiros meses. A nova projeção da Fenabreve indica que a baixa deve chegar a 18,2% na comparação com 2015, com mercado interno de 2,09 milhões de unidades, entre leves e pesados.

A entidade destaca que julho indicou melhora na média diária de vendas, que avançou cerca de 10% para mais de 8,3 mil carros/dia. Mesmo com um dia útil a menos, o sétimo mês do ano teve número de emplacamentos 5,6% superior ao de junho. Ainda assim, o resultado ficou 20,3% inferior ao de igual período de 2015. “O pior já passou, mas a recuperação será lenta e gradual”, diz Alarico Assumpção Jr., presidente da Fenabreve, indicando que o momento mais agudo da crise já foi superado.

Para justificar o otimismo, o executivo destaca que houve melhora recente nos indicadores de confiança do consumidor. “A situação política também está se resolvendo, o que ajuda na retomada”, constata.

SEGMENTOS

A demanda por veículos leves cresceu 5,3% e junho, com 174,7 mil unidades licenciadas. O volume é ainda 20,3% inferior ao registrado há um ano. No acumulado dos sete meses de 2016 foram licenciadas 1,12 milhão de unidades, com retração de 25,4%. “A inadimplência tem feito os bancos restringirem a oferta de crédito”, aponta.

A situação continua preocupante para as vendas de pesados, que somaram apenas 39 mil veículos no acumulado, com baixa de 31,9%. Foram 30,1 mil caminhões e 8,9 mil ônibus. Em julho a demanda por chassis se aqueceu, com expansão de 62,6% sobre junho, de 14,7% na comparação com igual mês de 2015 e 1,9 mil licenciamentos. Para a Fenabreve, a alta reflete a demanda de última hora do ano de eleições municipais.

Já o licenciamento de caminhões somou 4,6 mil unidades em julho, total 11,6% maior do que o do mês anterior, mas 28,2% abaixo do anotado há um ano. Apesar da

expectativa de recuperação do mercado, a Fenabrave avalia que o segmento de caminhões deve demorar para sentir os efeitos de uma melhora na economia. "Precisamos de mais alguns passos", indica Assumpção.

Fenabrave refaz projeções de vendas de veículos

03/08/2016 – Fonte: Automotive Business



O aprofundamento da queda nas vendas de veículos enfim parece ter chegado ao fim. Ao menos esta é a impressão da Fenabrave, entidade que representa os distribuidores do setor. "O pior já passou", anunciou Alarico Assumpção Jr., presidente da organização, em coletiva de imprensa na terça-feira, 2.

Com base nisso, o executivo anunciou novas expectativas para 2016, que deve terminar com 2,09 milhões de emplacamentos, entre automóveis comerciais leves, caminhões e ônibus.

Se a projeção estiver correta, a queda será de 18,2% na comparação com 2015. "Nos baseamos na melhora de alguns indicadores, como a confiança do consumidor e do empresário, que cresceram com as últimas definições políticas", avalia.

O novo cenário também leva em conta a performance do mercado em julho, quando a média diária de vendas subiu cerca de 10% e os emplacamentos cresceram 5,6% na comparação com junho, para 181,4 mil veículos.

O resultado amenizou a queda das vendas acumulada no ano, mas ainda está longe de reverter a contração, que chega a 24,7% nos licenciamentos nos primeiros sete meses de 2016.





A nova expectativa é mais otimista que anterior, anunciada em maio, quando a Fenabrave esperava retração de 20% até o fim do ano. A melhora do panorama se baseia na expectativa de vendas de veículos leves, que tendem a encolher 18%, para 2,03 milhões de unidades. A expectativa anterior era de queda da ordem de 20%.

Assumpção aponta que, com o aumento da confiança, o mercado tende a reagir. Esta expectativa não se repete para os veículos pesados.

A Fenabrave projeta a venda de 52,2 mil caminhões, com queda de 27,2%, e de 16,4 mil ônibus, volume 19% inferior ao de 2015. Com isso, o segmento de pesados pode encolher 25,4% no ano, com tombo mais profundo do que o projetado até então, de 22,5%. "Ainda tem pouca carga para ser transportada.

Precisamos dar mais alguns passos na economia para estas vendas melhorarem", diz o executivo, que alerta para a relação estreita entre o crescimento – ou queda – do PIB e as vendas de caminhões.

Tereza Maria Dias, da MB Associados, consultoria econômica da Fenabrave, aponta que a queda parou de se aprofundar, mas a economia ainda está longe do que seria um bom patamar. "O importante é que interrompemos a contração e devemos começar recuperação lenta e gradual, que vai ficar mais consistente em 2017."

	2016	Varição
 Automóveis	1,73 milhão	-18,42%
 Comerciais Leves	299,5 mil	-15,43%
 Ônibus	16,4 mil	-19,00%
 Caminhões	52,2 mil	-27,20%
Total	2,09 milhões	-18,2%

Estrutura rígida absorve vibrações de foguetes e aviões

03/08/2016 – Fonte: CIMM

Um material capaz de absorver uma ampla gama de vibrações, incluindo a faixa audível - as vibrações mais indesejáveis da engenharia - acaba de ser fabricado por uma equipe da Escola Politécnica de Zurique (ETH), na Suíça.

A eficiência do material antivibração é tão grande que a equipe aposta que ele vai estrear nas aplicações mais nobres, incluindo foguetes e satélites artificiais, e na fixação de motores de aviões e rotores de turbinas eólicas.

Uma espécie de "espuma rígida", o material consiste em uma estrutura padronizada com perfurações espaçadas por 3,5 milímetros, no interior da qual são colocados cubos de aço, que funcionam como ressonadores.

"Em vez de a vibração viajar ao longo de toda a estrutura, ela é aprisionada pelos cubos de aço e pelas varetas da grade plástica interna, de forma que o outro lado da estrutura não se move," explica o professor Chiara Daraio.

Espuma rígida

Apesar de já existir uma infinidade de materiais de absorção de vibrações, a maioria consiste de materiais macios.

Já a nova estrutura é rígida, o que possibilita seu uso como um componente estrutural, suportando cargas, por exemplo, em engenharia mecânica ou mesmo em rotores de avião e hélices de helicóptero.

Além disso, ela absorve uma ampla gama de vibrações, de alta e baixa frequência, podendo ser customizada para absorver oscilações na faixa de algumas centenas até dezenas de milhares de hertz.

E o material compósito é particularmente eficiente na absorção das vibrações lentas. "Isto inclui as vibrações na faixa audível. Na prática da engenharia, estas são as mais indesejáveis, já que causam poluição ambiental e reduzem a eficiência energética de máquinas e veículos," explicou Daraio.

A equipe agora pretende testar seu design com outros materiais, incluindo metais leves em lugar do plástico.

BNDES e Finep destinam R\$ 3,5 bi para indústria química e de mineração

03/08/2016 – Fonte: CIMM

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) vão destinar um total de R\$ 3,58 bilhões para dois projetos voltados para a inovação da indústria química e de mineração. O anúncio foi feito nesta terça-feira (2), na sede do banco de fomento, no Centro do Rio de Janeiro.

Para o Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação no setor de mineração e transformação mineral (Inova Mineral), orçamento é de R\$ 1,18 bilhão. Já os planos de negócios do Plano de Apoio ao Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química (Padiq) serão apoiados com R\$ 2,4 bilhões.

Padiq

Ao todo, são 27 projetos selecionados no Padiq em 62 planos de negócios recebidos. O Padiq é um programa de cinco anos e estão planejados mais dois ciclos, "que serão devidamente comunicados", informou a diretora de indústria e insumos básicos do BNDES, Claudia Prates.

"Daqueles 27 planos de negócios, o total incluído nos planos de negócios é 2,4 bilhões. Destes, eles apresentaram no seu plano 30% como recursos próprios, que pode ser em investimentos variados, planta industrial, contrapartida. A partir daí, isso vai ser desdobrado em solicitações claras. Na linha de crédito do Finep há participações que variam, pode ser 60, 70 ou 80%", explicou Victor Odorcyk, diretor do Finep.

"Em cada uma das solicitações, na média é isso [70% de financiamento]. Daqueles 2,4 bilhões, eles estabeleceram 70% como solicitação de apoio. Não necessariamente crédito, pode ser variado", completou o diretor.

O banco informou ainda que, entre os planos selecionados, há seis linhas temáticas: químicos a partir de fontes renováveis, "que recebeu a maior parte da indicação de aporte, 70%"; fibras de carbono, 11%; insumos para higiene pessoal e cosméticos, 10%; aditivos químicos para alimentação animal, 5%; aditivos químicos para exploração e produção de petróleo, 3%; e derivados de silícios, 1%.

"Tem um casamento feliz de oferta e demanda, de fato são projetos de inovação que aumentam ainda mais a competitividade de um setor que já é competitivo", completou o superintendente do BNDES, Maurício Neves. Doze projetos dos 27 está na química renovável.

Segundo Claudia Prates, o "objetivo do banco é buscar parceiros nos investimentos de longo prazo. Trazer o mercado para participar conosco nos projetos".

Inova Mineral

O lançamento do edital de planos de negócios que serão apoiados pelo Inova Mineral ocorrerá nesta segunda. Podem participar do processo de seleção empresas brasileiras e as instituições científicas tecnológicas interessadas em formalizar parcerias em projetos de empresas proponentes de planos de negócios, informou o BNDES.

Os planos de negócios devem ter valor mínimo de R\$ 5 milhões, prazo de execução em até 60 dias, e devem ser desenvolvidos dentro do país. O prazo para apresentação começará no dia 1º de setembro de 2016.

De acordo com Neves, entre os principais desafios e oportunidades para competitividade e expansão sustentável do setor, via inovação é a geração de energia solar e eólica e sustentabilidade ambiental.

“O que aconteceu com Mariana passou a ser tema do dia, passou a ser prioridade dentro das empresas. A partir do desastre, isso se intensificou de uma forma, a gente acredita que vai ter demanda maior do que teria antes desse fato lamentável”, analisou Rodrigo Secioso, gerente do departamento de saúde e química da Finep.

Segundo o BNDES, os dois programas financiarão investimentos em inovação voltados para projetos sustentáveis, que incluem, por exemplo, redução de emissão de poluentes, eficiência energética, além de recuperação e conversão de resíduos agrícolas e subprodutos industriais em produtos químicos, como tintas, cosméticos e peças de plástico.

Honeywell anuncia oferta de produtos para automação comercial com financiamento do BNDES

03/08/2016 – Fonte: CIMM

Entre os equipamentos que poderão ser adquiridos estão o leitor de código de barras Voyager 1450g, a Tag RFID iB66 e o leitor de RFID IF1, todos produzidos no Brasil.

A Honeywell acaba de anunciar o credenciamento de uma linha de produtos para captura de dados que terá a opção de financiamento pelo Cartão BNDES. Voltada para micro, pequenas e médias empresas, essa modalidade de financiamento oferece crédito pré-aprovado de até R\$ 1 milhão de reais para a aquisição de produtos credenciados, com pagamento em até 48 prestações fixas e mensais.

Inicialmente serão oferecidos três produtos com o financiamento – que eram importados e passaram a ser fabricados pela empresa no Brasil, em sua unidade de Itajubá, Minas Gerais.

“A produção local e a adequação dos equipamentos à nossa realidade reforçam o comprometimento da Honeywell com o mercado brasileiro, garantindo empregos, preços competitivos e facilitando a oferta de serviços associados aos equipamentos”, destaca Luiz Eng, General Manager da divisão Sensing & Productivity Solutions da Honeywell.

Ao produzir localmente, a Honeywell consegue oferecer facilidades como maior agilidade no suporte ao cliente, sem a necessidade, por exemplo, de envio do equipamento para o exterior, em caso de reparo, além de menor custo nesse processo, com os valores de serviço cotados em moeda local.

Entre os produtos que passam a ser oferecidos com o financiamento do BNDES, estão: Leitor de código de barras Voyager 1450g – Equipamento omnidirecional que permite a leitura de praticamente todos os códigos de barras lineares e grande parte dos códigos 2D, além de trabalhar com cupons, bilhetes móveis e carteiras digitais obtidos a partir das telas de dispositivos móveis.

Leitor RFID IF1 – Linha que oferece opções econômicas e flexíveis para aplicações de coleta eletrônica para registro de veículos, ideal para o uso com uma ou duas antenas na automatização de processos.

Tag RFID iB66 – Dispositivo com bateria própria que permite maximizar a operação de reconhecimento de veículos à distância de até 30 metros e com velocidades de até 160 km/h. Oferece identificação anônima e autenticação criptográfica e opera com leitores UHF RFID Gen2/6C.

ABB lança o compacto robô IRB 1660ID mais versátil do mercado

03/08/2016 – Fonte: CIMM

Ideal para aplicações que exigem atividades em espaços pequenos, tais como solda a arco e alimentação de peças em máquinas.

A área de robótica da ABB apresenta seu robô compacto de última geração para solda a arco e carregamento de máquinas, o IRB 1660ID, mais versátil da classe de porte médio, com o novo DressPack integrado é a solução ideal para áreas em que há elevadas exigências de flexibilidade e acessibilidade.

Esse robô também é indicado para as operações com muitos movimentos complexos de punho em que a necessidade de flexibilidade é alta, pois facilita a programação e simulação de movimentos dos cabos. Além de ter um tamanho compacto, esse novo robô reduz os custos de manutenção em 50% graças à redução do desgaste dos cabos.

“O nosso objetivo desde o início foi entregar um robô que oferece qualidade superior e consistente em solda a arco, bem como uma solução ágil e confiável de alimentação de peças em máquinas”, explica o Dr. Hui Zhang, Diretor de Gestão de Produto Global da ABB Robotics.

“Esse robô permitirá que os nossos clientes aumentem a produtividade, entreguem uma melhor qualidade em seus produtos e reduzam os tempos de ciclo”, reforça.

O punho compacto do IRB 1660 ID com DressPack é ideal para aplicações que exigem atividades em espaços pequenos, tais como solda a arco e alimentação de peças em máquinas.

“Como resultado direto da nossa estreita colaboração com os nossos clientes, o IRB 1660ID também inclui uma nova geração de motores precisos, eficientes e confiáveis”, acrescenta Zhang. O IRB 1660ID pode manusear cargas úteis de até 6 kg e tem um alcance de 1,55 metros.

“Nós fizemos um grande esforço de engenharia, fazendo o robô o mais rígido possível para melhor protegê-lo e equipá-lo para os espaços confinados, nos quais ele foi projetado para operar”, diz.

Artigo: Solução para economia passa pela negociação política

03/08/2016 – Fonte: Folha de S.Paulo



Como deputado constituinte, creio que a concepção geral da sociedade "civilizada" proposta na Constituição de 1988 é razoável: 1) uma ampla liberdade individual; 2) busca da igualdade de oportunidade; 3) controle de um Estado democrático forte, constitucionalmente limitado, capaz de coordenar mercados bem regulados.

Infelizmente, o pensamento "mágico" prevaleceu nas finanças públicas, nas quais se escondeu um desequilíbrio fiscal "estrutural" que permaneceu adormecido, mas

acordou com energia depois da insensata política econômica voluntarista iniciada em 2012.

Existem miríades de coisas a fazer (principalmente na microeconomia), mas na macroeconomia só há uma: dar à sociedade a certeza de que a recuperação do desenvolvimento econômico depende da construção do equilíbrio fiscal e que ele será feito com a maior justiça possível. Poucas vezes foi necessário fixar um "polo atrator" de nossa ação e pôr nele todo o foco. O programa do governo interino está correto.

Não há como escapar à obediência a tetos nominais de despesas, mas eles não serão exequíveis sem medidas complementares que abram espaço fiscal para acomodar algumas prioridades. O "teto" só faz sentido se acompanhado da redução dos dispêndios com juros da dívida pública, dos gastos da previdência e de uma melhoria no estado de espírito dos agentes econômicos.

O sucesso do programa exige: 1) que o Governo aproveite a mudança de expectativas para atrair o investimento privado para as obras de infraestrutura; 2) que o Congresso aprove as medidas fiscais e dê conforto ao Banco Central para baixar a taxa de juro real (que está subindo pela queda da inflação esperada) e distensione o crédito, o que reduzirá o dispêndio de juro da dívida pública; 3) que se chegue a um acordo republicano sobre o controle dos gastos previdenciários.

A situação exige compreensão e paciência. Recusa o arroubo tecnocrático que nega o exercício da política. O problema previdenciário não é uma simples questão aritmética, ainda que possa parecê-lo. Envolve uma formidável questão ética escondida na aparente solução técnica de uma ilusória solução matemática que, permanente e automaticamente, fecharia a "conta".

Tal "solução" não existe! As mudanças na taxa líquida de reprodução, nas expectativas de vida ao nascer e ao se aposentar e nos avanços científicos e seus custos alteram a estrutura demográfica do lado da demanda de recursos e as desventuras da acumulação e da taxa de juros real afetam a sua oferta.

Trata-se de um problema contábil, sim, mas que só pode ser resolvido numa democracia, pela negociação política permanente e elevados custos de transação. (Antonio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Gigante chinesa afirma que é a hora de ser corajoso com o Brasil

03/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



O grupo chinês Fosun, que comprou o controle acionário da gestora Rio Bravo Investimentos, disse que não descarta novos investimentos no país. "É hora de ser corajoso com o Brasil", afirmou o presidente do conselho da empresa, Guo Guangchang.

"Nós enxergamos a economia e o mercado no Brasil se recuperando. Há uma janela de investimentos neste momento", disse o executivo em entrevista a jornalistas em São Paulo nesta terça-feira (2).

No radar da Fosun estão as áreas de seguros, turismo, imóveis, agricultura e saúde, em linha com o escopo diversificado de investimentos do grupo asiático –que inclui ativos como o Club Med e o Cirque du Soleil.

Mas os executivos do principal conglomerado privado chinês ponderaram que ainda estão chegando ao país e ainda precisam fechar um plano de negócios para o Brasil.

Na sexta-feira passada (29), depois de seis meses de negociação, a Fosun assinou contrato para aquisição do controle acionário do Grupo Rio Bravo, passando a deter 50,1% do capital.

A fatia restante foi dividida entre os demais 16 sócios da Rio Bravo, incluindo os controladores anteriores e fundadores da gestora Mario Fleck, Gustavo Franco (que comandou o Banco Central de 1997 a 1999, no governo FHC) e Paulo Bilyk, que permanecem na empresa.

Os executivos do Fosun e da Rio Bravo não detalharam valores sobre a operação. Eles preferiram destacar que o valor do acordo está nas pessoas, na experiência de administração de vários ativos da gestora brasileira.

ESTRATÉGIA

O negócio é considerado um passo importante na estratégia da Fosun de expansão internacional e permitirá ao grupo estabelecer presença na América Latina.

Fleck, presidente da Rio Bravo, disse sem revelar detalhes que vê o valor da empresa crescendo sete a dez vezes nos próximos cinco a sete anos. Ele disse que o acordo com a Fosun é oportunidade para os clientes da gestora acessarem mercados maiores e uma gama maior de produtos.

A Rio Bravo gerencia cerca de R\$ 10 bilhões em recursos aplicados em fundos líquidos, ativos imobiliários e "private equity". A Fosun tem cerca de US\$ 50 bilhões em ativos sob gestão.

Bancos passam a prever queda nas concessões de empréstimos

03/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os bancos privados brasileiros seguem cautelosos na concessão de novos empréstimos e enfrentam desafios para continuar a crescer enquanto a economia brasileira encolhe. O cenário de inadimplência elevada e novos calotes à vista –especialmente no segmento de grandes empresas, como a Oi– fez com que as instituições financeiras passassem a trabalhar com projeção de queda nas concessões de crédito neste ano.

A redução nos empréstimos e a dificuldade de aumentar ainda mais os juros cobrados nas operações limitam o lucro das instituições.

Após divulgar retração de 9% no lucro líquido do segundo trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2015, o Itaú Unibanco revisou suas projeções de crescimento para 2016. A carteira de crédito, considerando apenas a operação no Brasil, deve encolher entre 6% e 11%, ante projeção anterior de crescimento de até 3%.

Para analistas, a mudança nas estimativas era esperada e está condizente com o cenário macroeconômico. "A recuperação não virá em 2016", afirma João Augusto Salles, economista e analista de bancos da Lopes Filho Consultoria.

Revisão semelhante ocorreu com o Bradesco, que previa aumento nas concessões de crédito em até 5% neste ano, e agora tem como melhor cenário a estabilidade. Salles

espera que o Banco do Brasil, que divulgará resultados na próxima semana, faça o mesmo ajuste.

"No final do ano passado, os bancos previam crescimento e isso não foi possível porque a crise se prolongou", diz Erivelto Rodrigues, da consultoria Austin Ratings.

CALOTE

O segundo trimestre foi de mais encolhimento nas carteiras de crédito dos três bancos privados (Itaú Unibanco, Bradesco e Santander).

Não significa, contudo, que eles fecharam o cofre. No segmento Pessoa Física, houve expansão em crédito consignado, financiamento imobiliário e cartão de crédito. À exceção do cartão, essas linhas têm garantia, e, portanto, menor risco de calote.

Já para Pessoa Jurídica, os bancos têm sinalizado preocupação em garantir que as empresas permaneçam em dia. Marcelo Kopel, diretor de relações com investidores do Itaú Unibanco, afirmou que o banco tem trabalhado para reestruturar dívidas antes que as companhias entrem na lista de devedores.

Ainda assim, a inadimplência de pequenas, médias e grandes empresas segue avançando e faz crescer a necessidade de aumentar a reserva financeira contra calotes. As despesas com provisão para devedores duvidosos cresceram nas três instituições, na comparação com igual período de 2015.

SERVIÇOS

Com dificuldades de continuar crescendo via crédito, os bancos reforçaram receitas com serviços.

O faturamento com conta-corrente, por exemplo, subiu nos três bancos privados ao redor 20% entre o segundo trimestre de 2015 e este ano, bem acima da inflação do período. Houve incremento ainda nos ganhos com administração de fundos e receita com cartões.

"Quando a economia cresce, os bancos brigam por clientes e oferecem descontos nas tarifas. Mas, em momentos de recessão, a tarifa sobe mesmo. E não adianta o cliente migrar de banco, porque todos aumentaram", diz Salles.

John Deere busca engenheiros para unidades em Indaiatuba e Campinas

03/08/2016 – Fonte: G1



A John Deere, que produz máquinas agrícolas, de construção e equipamentos florestais procura por engenheiros para suas unidades de Campinas (SP) e Indaiatuba (SP). Há vagas para engenheiro industrial e engenheiro sênior de telecomunicações.

Para a primeira vaga é exigido nível intermediário de inglês, conhecimento em métodos e processos de produção e conhecimentos em gestão de projetos. Já o outro cargo exige formação em engenharia elétrica, eletrônica, mecatrônica, da computação ou telecomunicações.

É preciso ainda ter experiência com dimensionamento e implantação de sistemas de infraestrutura de telecomunicação sem fio; experiência com aspectos regulatórios do uso do espectro eletromagnético, inglês avançado ou fluente e ainda disponibilidade de viagens eventuais.

Os interessados nas vagas devem se cadastrar **pela internet, no site da empresa**.

Lucro da mineradora Rio Tinto cai para menor nível em 12 anos

03/08/2016 – Fonte: Jornal Extra/Globo

A mineradora global Rio Tinto teve uma queda de 47 por cento no lucro no primeiro semestre, no pior resultado para o período em 12 anos, mas surpreendeu o mercado com dividendos acima do esperado, além de ter sinalizado que as condições continuam difíceis.

O novo presidente-executivo Jean-Sébastien Jacques disse que está focado em estabilizar a companhia com mais cortes de custos e afirmou não esperar ajuda dos mercados de commodities, que foram ajudados no segundo trimestre por uma injeção de crédito na China.

"Portanto nós estamos confiantes, mas absolutamente não estamos complacentes. Ao olhar para o futuro, esperamos que as condições de mercado permaneçam desafiadores e voláteis", disse ele a repórteres.

O lucro ajustado para os seis primeiros meses do ano caiu para 1,56 bilhão de dólares, ante 2,92 bilhões um ano antes, superando previsões de cerca de 1,46 bilhão de dólares, segundo um consenso compilado externamente.

Ganhos no negócio de alumínio foram melhores que os esperados, enquanto as unidades de minério de ferro e de cobre ficaram abaixo das expectativas, disseram analistas.

"É um resultado decente em tempos difíceis", disse o analista Paul Gait, do Bernstein, em Londres.

Em um setor de mineração combalido, a segunda maior produtora global de minério de ferro está bem posicionada, já que reduziu a dívida mais rapidamente que suas rivais, tanto que a companhia está ampliando a escavação de minas de minério de ferro, cobre e bauxita enquanto concorrentes cortam investimentos.

Enquanto alguns analistas dizem que a Rio Tinto deveria usar seus recursos financeiros para comprar ativos ao invés de construir novas minas, Jacques afirmou que nenhum dos ativos que a Rio Tinto deseja está à venda e que os preços que outras empresas pagaram por fatias em minas de cobre no último ano são altos demais.

Graças a seu forte balanço, a Rio Tinto foi capaz de anunciar dividendos de meio de ano de 45 centavos de dólar por ação, em um forte contraste com as rivais Anglo American e Vale, que declararam na semana passada que não irão pagar dividendos referentes ao primeiro semestre.